

# **APONTANDO CAMINHOS PARA UMA PRÁXIS SUPERADORA: ARGUMENTAÇÕES SOBRE O CORPO TEORICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE – MS**

## **Resumo**

*Esse artigo tem como objetivo discutir sobre a metodologia utilizada pelos professores de educação física da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande Mato Grosso do Sul, com o propósito de apresentar sugestões para um fazer pedagógico em prol da classe que vive da venda de seu trabalho, tendo em vista que o ensino dessa disciplina está quase que exclusivamente voltada à prática de esportes. Considera-se que a Educação Física escolar deve ampliar sua reflexão sobre a cultura corporal, quanto aos valores de solidariedade, da cooperação, ao invés da individualidade e da disputa, na busca pela emancipação humana, negando assim, a dominação e subtração do homem pelo homem.*

## **Introdução**

As argumentações presentes neste artigo é fruto do trabalho de acompanhamento pedagógico, executado pelos técnicos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) da cidade de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul (MS), junto aos professores de educação física da Rede de Ensino da referida cidade, que atuam nos anos finais do ensino fundamental.

Esse suporte pedagógico busca auxiliar esses professores, propondo reflexão sobre as metodologias de ensino utilizadas por eles e a possível superação das práticas hegemônicas, que por muito tempo, vem delimitando o corpo teórico da educação física, a partir de práticas tecnicistas que buscam o desenvolvimento da aptidão física. Tal conclusão foi possível após a análise de sessenta e quatro (64) planejamentos anuais elaborados e executados pelos docentes desse componente curricular que atuam nas escolas da Rede acima mencionada.

A análise da atuação desses professores levou a constatação que o ensino dessa disciplina está quase que exclusivamente voltada à prática dos esportes mais veiculados pela mídia como: futebol, voleibol, basquetebol, handebol e atletismo.

Cabe esclarecer ao leitor que a crítica não se dá no que tange ao eixo temático esporte, mas em relação a seu tratamento, a sua abordagem de maneira desconecta da realidade histórica em que se inserem os alunos visando apenas o desenvolvimento da aptidão física. Historicamente essa tem sido a prática nas escolas públicas: uma simples execução de exercícios físicos sem associá-los as reflexões pertinentes à compreensão da cultura corporal.

Observamos também, que muitos professores da REME mencionaram em seus planejamentos que são adeptos da metodologia denominada “aulas livres”. Acreditamos ser importante ressaltar essa prática docente, pois quando analisamos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da educação física não encontramos em nenhum momento a

sugestão para esse tipo de metodologia. Pelo contrário, as determinações legais expressas nesse documento recomendam que os professores elaborem atividades dirigidas e orientadas para que a educação física escolar tenha sentido relevante e desafiador que favoreça o desenvolvimento motor do aluno.

Os adeptos da cultura das “aulas livres” entendem que a aula de educação física é apenas um momento de recreação, onde o professor não interfere na escolha das atividades, pois para ele lhe cabe apenas delimitar o espaço físico e oferecer os materiais esportivos aos alunos que irão executar os movimentos da cultura corporal que melhor lhe agradem.

Na visão de Valentini e Tongo (2006, p. 15) esse tipo de prática não deveria ser utilizada, pois os alunos:

[...] somente aprendem quando existe um programa elaborado com metas e objetivos a serem alcançados a curto e longo prazos, com atividades apropriadas a seu desenvolvimento, com estratégias voltadas para maximizar as oportunidades de prática e com um sistema avaliativo de acordo com os objetivos inicialmente propostos (VALENTINI; TONGO, 2006, p.15).

Mediante a isso, buscando apontar um caminho para a superação dessa realidade que assola grande parte das aulas de educação física neste município, esse estudo tem como objetivo discutir a respeito da metodologia de ensino utilizada pelos professores dessa disciplina em Campo Grande-MS.

Inferimos que a metodologia e os objetivos da maioria dos docentes devem ser repensados para que o corpo teórico/prático da disciplina em questão realize o movimento do real, adquira concretude e expresse sua totalidade, com o propósito de levar os filhos da classe trabalhadora a ampliar sua consciência de classe em busca da superação do modo de produção capitalista.

Sabemos que mudanças efetivas nos procedimentos educativos só serão possíveis, a partir do processo revolucionário que transforme toda a estrutura do modo de produção atual. Porém, concordando com o questionamento de Marinho (2010, p.25) “[...] o que fazer até que ocorra essa superação? [...] Cruzar os braços e esperar?”.

No que toca à educação e particularmente a educação física, temos a tarefa de esclarecer e promover ações que elevem o patamar de consciência de nossos alunos, no caso da sala/quadra de aula. Necessário se faz mostrar que é possível ser diferente, apontando caminhos. [...] (MARINHO, 2010, p. 25).

Nesse sentido, acreditamos que o professor consciente da necessária superação da sociedade de classes e fundamentado em uma educação física que defenda a classe trabalhadora, possibilitando assim a formação integral<sup>1</sup> dos alunos, rompendo com os

---

<sup>1</sup> A concepção de formação integral marxiana toma a superação da divisão do trabalho, a união do trabalho manual ao trabalho intelectual e o processo histórico-concreto de construção da sociedade, sob o qual a formação integral se constrói. A perspectiva é de que esta formação integral leve os trabalhadores ao domínio científico e tecnológico do novo processo de produção em curso, e propicie as condições para a construção de

ideais liberais da classe dominante, pode se utilizar de outras metodologias para construir uma nova e revolucionária prática pedagógica. Entendendo dessa forma a prática docente, adotamos como método de investigação o materialismo histórico dialético, uma vez que as categorias totalidade, historicidade e contradição servem de alicerce para a discussão das políticas que podem levar a outra sociabilidade. Isso porque, tal referencial busca o processo de compreensão radical da natureza histórica do homem, de forma que ser radical “[...] é agarrar as coisas pela raiz e raiz para o homem é o próprio homem”. (MARX, 1993, p. 86). Além de ser imprescindível ao trabalho científico, na medida em que deixa o campo da especulação e se detém ao campo do real, do concreto, como condição previa e efetiva.

### **Situando a Educação Física Escolar no modo de produção vigente.**

Para discutir e apresentar outros instrumentos pedagógicos que possibilite a apreensão da totalidade da educação física se faz necessário compreender como esse componente curricular está inserido no currículo de uma instituição educacional como uma das dimensões do modo de produção capitalista. Tal sociabilidade é caracterizada pelos princípios da propriedade privada dos meios de produção e pela exploração do trabalho alheio com vistas à acumulação de capital através da mais valia. Historicamente, essa sociedade foi constituída pelo antagonismo de classes, na qual a classe burguesa dominante acumula riquezas explorando a classe possuidora apenas de sua força de trabalho.

Sob essa ótica, o Estado brasileiro por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei 9304/96, em seu artigo 22º preconiza que a educação básica deve desenvolver o educando visando o exercício da cidadania e prepará-lo para o mercado de trabalho.

Entende-se, por meio deste artigo, que a educação básica é responsável pela transmissão do conhecimento à força de trabalho jovem do país, dando a essa parcela da população, a condição de se tornar empregável, no atual mundo do trabalho capitalista. Esse discurso político, dominante e empresarial, entende que o conhecimento adquirido por meio da escola é o capital mais importante do trabalhador, dando a conotação que o ensino abrirá caminhos para o mercado de trabalho (KRAWCZYK, 2008). Nesse contexto o currículo é elaborado visando à aquisição de novos conhecimentos e competências permitindo a compreensão e a interação com as intensas mudanças socioeconômicas, tecnológicas e culturais do mundo moderno.

Contrapondo esse discurso Arruda e Almeida (2002) argumentam que vincular a formação escolar ao trabalho é uma exigência do Estado que emana da “Teoria do Capital Humano”. Para essa teoria, o indivíduo que possui uma qualificação para o trabalho, pode produzir mais e melhor, além de aumentar sua renda e a possibilidade de se manter empregado.

Assim, as políticas de ensino dos governos liberais no Brasil baseiam-se na performance do discurso sobre um mundo do trabalho onde o trabalhador deve ser valorizado e capaz de aprender rapidamente, de trabalhar em conjunto com outras pessoas, de ter criatividade, e que esteja sempre preparado para compreender a instabilidade do mercado de trabalho, de forma que o jovem possa “aprender a aprender”, como sugere o Relatório de Jacques Delors (2001).

---

uma estrutura social, na qual os trabalhadores se constituam como classe dirigente. (QUARESMA, 2004, p. 03).

O lema “aprender a aprender”, advindo da chamada pedagogia das competências é uma forte tendência metodológica que embasa as práticas de muitos professores de educação física na cidade de Campo Grande. Isso foi identificado a partir das análises dos planejamentos já referidas anteriormente.

Segundo Duarte (2006), um grande número de intelectuais da educação entende esse lema como um símbolo pedagógico inovador e progressista que se encontra em sintonia com as atuais necessidades que os indivíduos precisam para viverem nessa sociedade. No entanto, o autor faz críticas a essas “novas pedagogias”:

As pedagogias centradas no ‘aprender a aprender’ são, antes de mais nada, pedagogias que retiram da escola a tarefa de transmissão do conhecimento objetivo, a tarefa de possibilitar aos educandos o acesso à verdade. (...) O lema ‘aprender a aprender’ é a forma alienada e esvaziada pela qual é captada, no interior do universo ideológico capitalista, a necessidade de superação do caráter estático e unilateral da educação escolar tradicional (...). O lema ‘aprender a aprender’, ao contrário de ser um caminho para a superação do problema, isto é, um caminho para a formação plena dos indivíduos, é um instrumento ideológico da classe dominante para esvaziar a educação escolar destinada à maioria da população [...] (DUARTE, 2006, p.5-8).

Esse pensamento liberal faz com que a escola pública, que atende em sua maioria os filhos da classe trabalhadora, seja pautada na perspectiva da manutenção da sociabilidade capitalista. Para Saviani (2007, p. 160):

[...] o modo como está organizada a sociedade atual é a referência para a organização do ensino fundamental. O nível de desenvolvimento atingido pela sociedade contemporânea coloca a exigência de um **acervo mínimo** de conhecimentos sistemáticos, sem o que não se pode ser cidadão, isto é, não se pode participar ativamente da vida da sociedade. (grifo nosso).

Sob essa ótica, o corpo teórico da educação física se encontra mergulhado em uma prática pedagógica voltada para a seleção e classificação de indivíduos, mediante suas habilidades e competências motoras. Dessa forma, essa prática torna-se desinteressante e com isso, afasta muitos alunos das aulas. Acreditamos que um dos elementos responsáveis por esse afastamento seja a utilização de metodologias que tratam o conhecimento como uma coisa apartada da realidade vivida pelos indivíduos, desconsiderando as condições de existência humana, assim como a relação indissociável entre teoria e prática. Desta maneira, essa disciplina curricular tem se caracterizado pelo ensino puramente prático dos esportes sem criticidade, na qual são abordados quase que exclusivamente o ensino das regras, fundamentos e vivência de jogo esportivo/competitivo, onde o alunado é avaliado, geralmente, pela execução perfeita dos gestos motores.

## **As condições de trabalho dos professores de educação física nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS.**

A educação física como componente curricular obrigatório na escola deve oferecer aos alunos vivências corporais que vão além dos gestos motores codificados. Essa disciplina deve ser vista para além de uma formação que vise o ingresso dos indivíduos no mercado de trabalho. Sendo assim, deve servir como um dos campos de luta contra a sociedade de caráter individual em que o homem explora outro homem com vistas a obter vantagens.

Sob esse aspecto, buscando novos caminhos para que possamos oferecer aos alunos uma educação física escolar pautada em uma filosofia que supere o atual modelo de sociabilidade se faz necessário que os professores dessa disciplina tenham condições de trabalho para desenvolver suas aulas. Perante isso refletir sobre essas condições dos docentes que atuam nas escolas públicas com essa disciplina é importante para compreendermos o seu fazer pedagógico e apontar caminhos para a aplicação de uma práxis revolucionária.

Sobretudo, a compreensão da docência não se dá apenas a partir de uma análise dos aspectos pedagógicos, do conhecimento e da relação educando/educador. Existem outras questões que determinam as condições do trabalho docente. Entre elas, a estrutura física da escola, a relação com outros professores, a burocracia do sistema educacional que lhes é atribuída, o controle imposto pelo Estado por meio das políticas avaliativas, dentre outras. Assim, cabe o questionamento: quais são as condições de trabalho dos professores de educação física que atuam na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS?

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) do referido município existe cerca de 300 professores de educação física, entre efetivos e contratados temporariamente. Esses professores lotados em 98 escolas atenderam, no ano de 2011, 80.503 alunos, da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio (INEP, 2012).

Compreendemos que a primeira dificuldade encontrada pelos docentes que interfere em seu fazer pedagógico se refere a sua base material. Para Silva (1995) os baixos salários é a principal razão para a desvalorização do professor do ensino fundamental. Para o autor a remuneração docente não condiz com a responsabilidade exigida pela profissão. Neste sentido, os baixos salários, exige-o que procure por mais horas de trabalho, prejudicando assim o seu tempo livre, o seu desenvolvimento pessoal e a sua saúde. (MOLINA NETO, 1996).

Face ao exposto, cabe mencionar que estudos realizados por Silva e Rosso (2008) apontaram que as queixas relacionadas à saúde são frequentes, e as doenças se encontram no campo físico e psíquico devido ao “[...] trabalho repetitivo, insatisfação no desempenho das atividades, ambiente intranquilo e estressante, desgaste na relação professor/aluno, falta de autonomia no planejamento das atividades, ritmo acelerado de trabalho e à pressão da direção”. (SILVA; ROSSO, 2008 p. 2043).

Vale pontuar também nesse estudo que ao analisarmos os planejamentos do quantitativo de escolas expostas anteriormente verificamos uma escassez de recursos materiais em que maioria dos professores faz uso apenas de uma bola de cada modalidade esportiva, além de utilizar muitas vezes, apenas a quadra de esportes para ministrar suas aulas.

Relevante assinalar que mesmo sendo a quadra de esportes, um dos únicos espaços para o docente ministrar suas aulas, é preciso dividi-la com dois, três ou mais

professores, dependendo da tipologia da escola em que está lotado. Sendo que para essa divisão não existe qualquer tipo de critério. O professor ministra aula para uma turma da educação infantil juntamente com outros docentes com turmas dos anos finais do ensino fundamental. Esse compartilhamento é fruto da expansão das matrículas que o executivo municipal, seguindo as determinações propostas nas Conferências Internacionais<sup>2</sup> realizadas a partir da década de 1990 vem executando no município visando oferecer “escola para todos”.

Destaca-se que o município de Campo Grande no ano de 2000 contava com 67.637 alunos matriculados na educação infantil, ensino fundamental e médio. No ano de 2011 as matrículas subiram para 80.503 alunos. (INEP, 2012), o que corresponde a um acréscimo de 84,01%. Para atender essa demanda o gestor municipal construiu novas escolas e ampliou outras. Apesar desse investimento no espaço físico, averiguamos por meio dos relatos dos docentes que o número de quadras existentes nas escolas não é suficiente para atender essa demanda ocasionando assim, a necessidade de compartilhamento.

Outro fato, que pode interferir nas condições de trabalho dos professores de educação física que atuam na REME, é a execução das aulas de forma geminada, sendo as duas aulas semanais destinadas a esse componente curricular oferecidas em apenas um dia da semana em horário sequencial.

Essa política foi instituída no ano de 2009 por meio da Resolução municipal n.135, justificada à época pela SEMED para garantir aos professores de atividades<sup>3</sup> que atuam no 2º e 3º ano do ensino fundamental um horário semanal destinado à capacitação, que só seria possível se os professores de educação física e artes ministrassem suas aulas da maneira acima mencionada.

Apesar da Secretária Municipal Maria Cecília Amendola da Mota<sup>4</sup> alegar à época que essa organização do horário seria temporária, essa se perpetua até o momento. Para a Associação Campo-grandense de Professores (ACP) essa proposta “[...] prejudica a qualidade de ensino e o fazer pedagógico do professor (ACP, 2010, s/p)”. Pontuamos também, que essa organização temporal interfere na relação professor/aluno, pois, os mesmos se encontram somente uma vez na semana. E esse quadro se agrava quando no dia das aulas há feriado, alguma reunião proposta no calendário escolar ou outra situação que impossibilite o oferecimento das aulas.

Acreditamos que os alunos da educação infantil e dos primeiros anos do ensino fundamental são os maiores prejudicados com as aulas geminadas por dois motivos: primeiro, no que diz respeito aos aspectos físicos, tendo em vista que há uma sobrecarga de atividades físicas para esses alunos, o que pode prejudicar seu desenvolvimento motor. O segundo ponto refere-se ao fato de que a escola, com essas aulas, proporciona momentos lúdicos e recreativos aos alunos em um único dia, deixando o restante da semana destinado a atividades dentro da sala de aula.

Faz-se necessário enfatizar que a educação, principalmente na educação infantil deve primar pelo movimento, pois, ele é uma “[...] peça mestra do edifício pedagógico que permite as crianças resolver mais facilmente os problemas atuais de sua escolaridade e a prepara por outro lado a sua existência futura de adulto”. (LE BOULCH, 1983, p. 26).

---

<sup>2</sup> [...] As Conferências Internacionais foram realizadas na década de noventa e visaram apresentar estratégias e propostas para promover a expansão da educação nos países conferencistas. A primeira conferência realizada foi da Jomtien na Tailândia em 1990, depois a de Nova Delhi realizada em 1993, a de Dakar no Senegal em 2000 e a de Pernambuco realizada também em 2000. (ARRUDA, ALMEIDA, 2002, p. 2).

<sup>3</sup> Professores alfabetizadores.

<sup>4</sup> Secretaria de educação no período de 2005 a 2011.

Consideramos que existe uma contradição entre os documentos publicados pela SEMED e as determinações legais em relação à geminação das aulas de educação física. E isso é comprovado no Referencial Curricular da REME do 1º e 2º ano do ensino fundamental, quando descreve que “[...] a escola deveria adotar o movimento humano como princípio pedagógico, aliando o sentido da motricidade com a aprendizagem”. (CAMPO GRANDE, 2008, p. 179). Contudo, de acordo com as fundamentações utilizadas neste texto, isso não pode ser contemplado com aulas de educação física apenas uma vez por semana, visto que a criança necessita de novos estímulos para o seu desenvolvimento motor.

## Conclusão

Ao longo desse trabalho apontamos as características da educação física escolar oferecida aos alunos da REME de Campo Grande - MS. Constatamos que muitos professores são adeptos da pedagogia do “aprender a aprender” e também do movimento denominado aulas livres.

A teoria existente nesses dois movimentos pode ser considerada um discurso ideológico dominante, pois mascaram a realidade social e os conflitos que a sociedade regida pelo capital produz. A partir dessa realidade na busca por apontar novas práticas pedagógicas que eleve a consciência da classe trabalhadora para a superação do senso comum é indispensável um rompimento com essas diretrizes que esvaziam os conteúdos educacionais e atendem apenas aos interesses do capital.

Legitimando as afirmações do Coletivo de Autores (1992) que transformações acontecem a partir do momento em que o educador define o seu projeto “político-pedagógico” de forma que, ele representa a intenção e a estratégia que o educando pretende seguir. Isso vai interferir “[...] na relação que estabelece com os seus alunos, o conteúdo que seleciona para ensinar e como o trata científica e metodologicamente, bem como os valores e lógica que desenvolve nos alunos”. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 26).

A partir dessa premissa é importante:

[...] que cada educador tenha bem claro: qual o projeto de sociedade e de homem que persegue? Quais os interesses de classe que defende? Quais os valores, a ética e a moral que elege para consolidar através de sua prática? Como articula suas aulas com este projeto maior de homem e de sociedade? (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 26).

Nesse sentido compreendemos que o professor de Educação Física escolar, que tenha fundamentada a sua prática nos princípios de superação da sociedade dividida em classes, encontrará nessa disciplina um grande instrumento em defesa do trabalhador. Porém, essa contribuição só terá sentido se ele compreender o processo histórico da cultura corporal como uma das possibilidades de transformação da sociedade. É preciso ter em mente que o homem não nasceu pulando, saltando, arremessando, balançando, jogando. Todas essas atividades corporais foram construídas em diferentes épocas históricas, em resposta a determinadas necessidades humanas. (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Nossa expectativa é de que a Educação Física escolar amplie sua reflexão sobre a cultura corporal, contribua para a afirmação dos interesses de classe das camadas populares, validando as afirmações do Coletivo de Autores (1992) quanto aos valores de solidariedade e cooperação, ao invés da individualidade e da disputa, sobretudo, enfatizando a liberdade de movimentos, a emancipação humana, negando assim, a dominação e subtração do homem pelo homem.

É certo que lutar por mudanças requer trabalho e compromisso. E para efetivá-las, certamente, o professorado encontrará diversas dificuldades e desafios para se materializar um fazer pedagógico centrado no ser humano, compreendendo que ele é um dos agentes de transformação e ruptura com o *status quo*.

Conforme diz Marques (2011) o enfrentamento se dá com a realização de um processo de diálogo que envolve toda a comunidade escolar. É preciso esclarecer aos alunos, pais e funcionários que as aulas de educação física não são reprodutoras do desporto hegemônico com características segregadoras, excludentes e individuais. É necessário ampliar, criar, construir, inovar as práticas, buscando a incorporação de elementos da cultura corporal de forma crítica e contextualizada.

Visto desta forma, o professor deve abrir campos de percepções dos alunos, mostrando as contradições do modo de produção capitalista, informando-os de sua condição de classe, mostrando que os homens são os únicos capazes de mudar sua própria realidade. Para Marinho (2010, p. 39) “[...] o trabalho pedagógico revolucionário implica obstaculizar a veiculação de valores burgueses, assim como preparar os trabalhadores para serem dirigentes em uma outra sociedade”.

Porém, Barbosa (2001) denuncia que os alunos estão concluindo seus anos de escolarização sem saber qual é o papel da educação física em seu processo de aprendizagem. Segundo o autor (2001) os educandos não têm condições mínimas, por exemplo, de realizar uma atividade física com o objetivo de melhorar o seu condicionamento físico, por mais simples que seja; não conhecem a estrutura corporal; não possuem noções básicas das necessidades orgânicas durante o exercício. Sendo assim, é preciso superar essa realidade através de uma prática superadora que forme indivíduos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Nesse viés, o trato com a cultura corporal deve possibilitar que o conhecimento historicamente acumulado oportunize a superação dos saberes do aluno do senso comum elevando-o para outro patamar crítico e reflexivo. Para tanto, o professor deve superar a visão reducionista dos conteúdos e rever seu fazer pedagógico acreditando que o capitalismo não é o fim da história, mas sim uma transição para outra sociabilidade.

## Referencias

ARRUDA, E. E. ; KINJO, C. N. ; OLIVEIRA, L. D. S. . Mercado e escola: a Expansão escolar amplia o consumo de material didático. In: Congresso Nacional de Educação, 2006, Curitiba. **Anais...** do VI EDUCERE. Curitiba: PUC, 2006.

ARRUDA, Elcia. Esnarriaga e ALMEIDA, Camila Moreira. Expansão escolar amplia mercado de trabalho. **RECE. Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Disponível em: [www.presidentekennedy.br/rece](http://www.presidentekennedy.br/rece), v. 1, n. 1, p. 1-14, 2002. Acesso em: 09 de abril de 2010.



ASSOCIAÇÃO CAMPOGRANDESE DE PROFESSORES – ACP. **Discute com secretária de educação resolução nº 135/09, sobre aulas geminadas de Ed. Física** Disponível em: <http://www.acpms.com.br/noticias-ver/acp-discute-com-secretaria-de-educacao-resolucao-n%C2%BA-13509-sobre-aulas-geminadas-de-ed-fisica-/111>. Acesso em: 20 de jul. de 2012.

BARBOSA, Claudio L. de A. . Educação Física Escolar como atitude filosófica. In: V Encontro Fluminense de Educação Física Escolar / UFF, 2001, Niterói. **Anais do V EnFEFE**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001. p. 49-53.

BRASIL. INEP. **Censo escolar 2011**. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula> Acesso em: 20 de jul. de 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de 20/12/1996. Lei de diretrizes e bases da Educação (LDB). Brasília: Diário Oficial da União, 20-12-96.

\_\_\_\_\_. MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília:1997.

CAMPO GRANDE. DIOGRANDE. Resolução municipal n. 135/2009. **Altera e suprime dispositivos da Resolução SEMED n. 110, de 16 de abril de 2007, e dá outras providências.**

CAMPO GRANDE-MS. Secretaria Municipal de Educação. **Referencial Curricular da Rede Municipal de Ensino 1º e 2º ano Ensino Fundamental**. Campo Grande: SEMED, v. 1, 2008.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DELORS, Jacques (org.) **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC, UNESCO. 2001.

DUARTE, Newton . **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da Teoria Vigotskiana. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

QUARESMA, A. G. . A Pedagogia da Escola do Trabalho e a Formação Integral do Trabalhador. In: **27ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO**, 2004, CAXAMBU/MG. 27ª ANPED: Sociedade, Democracia e Educação: Qual Universidade?, 2004.

KRAWCZYK, Nora. **O ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação educativa 2008.

LE BOULCH. **A educação pelo movimento**: a psicogenética na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**: Lisboa, 1993.

MARINHO, Vitor. **O esporte pode tudo**. São Paulo. Cortez, v. 3, 2010

MARQUES, Gabriel Rodrigues Daumas. Da Manutenção da Ordem à Práxis Pedagógica Transformadora: Por uma Educação Física Além do Capital. **Anais...** Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, Educação e Emancipação Humana.– UFSC – Florianópolis de abr. de 2011.

MOLINA NETO, Vicente. **La Cultura Docente del Profesorado de Educación Física de las Escuelas Públicas de Porto Alegre**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1996. 475 p. (Tese Doutorado em filosofia Y Ciencias da Educação).

PINA, Leonardo Docena . Mediações que integram a educação física ao projeto pedagógico dominante. **Boletim Brasileiro de Educação Física** (Brasília), v. 9, p. 1-22, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **Professor de 1º**: identidade em jogo: Campinas. Papiros 1995.

SILVA, G. L F. ; ROSSO, A. J. . As condições do trabalho docente dos professores das escolas públicas de Ponta Grossa PR. In: **VIII Congresso Nacional de Educação EDUCERE**, 2008, Curitiba. Formação de Professores, 2008. v. 1. p. 2040-2051.

VALENTINI, Nadia Cristina; TOIGO, Adriana Marques. **Ensinando Educação Física nas séries iniciais**: desafios e estratégias. 2 ed. Canoas. Uniasalle, 2006.  
SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores: 1ª edição, 1973.